

JOÃO VERGAMOTA

A Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*

Uma resposta jurídica
no caminho ecuménico

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Preface

I am grateful for the huge privilege of writing the preface to this thesis on the Apostolic Constitution *Anglicanorum Coetibus*. The publication of this document by Pope Benedict XVI in 2009 was a unique moment in the history of the Catholic Church. It was the first time that the Church had reached out to an ecclesial community originating from the Reformation period and offering a distinctive place in the Church in which those part of its patrimony, compatible with the Catholic faith, can be preserved and contribute to the legitimate diversity within the Universal Church.

The many theological writings of Pope Benedict XVI demonstrate both his deep knowledge and love of the Catholic tradition and a lively and perceptive imagination. His papacy was notable for his efforts to further the unity among Christians that is Our Lord's desire for his Church. This aspiration of the Holy Father can be clearly seen in his creation of a new structure within the Catholic Church: the Personal Ordinariates for groups of lay faithful and priests from the Anglican tradition who yearned to be fully reunited with the successor of St Peter.

Pope Benedict's vision was that those elements of the ancient catholic faith in England which had been preserved in Anglican worship and pastoral practice should be brought into the Catholic Church as a treasure to be shared. The 'groups of Anglicans' who accepted the Holy Father's invitation would be enriched by the fullness of grace subsisting in the Catholic Church but would themselves add to the richness of the Church's spirituality with their own distinctive gifts.

While the Ordinariates are primarily a pastoral response to a pastoral situation they are instituted through a particular piece of canon law – the apostolic constitution *Anglicanorum Coetibus* and its complementary norms. The 1983 Code of Canon Law has been described as the final document of the Second Vatican Council. It was Pope Benedict's predecessor and mentor, St John Paul II, who – in the Apostolic Constitution promulgating the Code – described it as putting into practice the insights and teaching of the Council. In *Anglicanorum Coetibus* Pope Benedict has put into practice the ecumenical hopes that were one of the fruits of the Council which had long been frustrated.

The Ordinariates are in their youth and the best way to carry forward the mission given to them by the Church is still being discerned. Maintaining their distinctiveness is fundamental to the vision of Benedict XVI. Achieving this while being fully incorporated into, and collaborating with, the wider Church is a delicate process that members of the Ordinariates and their brothers and sisters in the Dioceses are having must explore over time. The full Catholicity of the Church is seen neither in rigid homogeneity nor in uncontrolled diversity, but rather in the variety of Catholic traditions, in the fullness of our one faith, working together to bring God's kingdom closer. Careful analysis of the juridical underpinning of this shared mission can only help bring this work to fruition. The Complementary Norms have already been amended to emphasise the Ordinariates' role in the New Evangelisation. Academic studies like this may also help shed light on areas where further development may be needed for the current Ordinariates or for any future ecumenical initiatives.

The fact that this study comes from a priest in Portugal, a country that will be largely unaffected by the provisions of *Anglicanorum Coetibus*, speaks eloquently of the universal nature of the Church and the bonds of brotherhood that link us all across our own particular jurisdictions. I thank Fr Vergamota for his interest in our part of Christ's Church and for his diligent work in this thesis. I commend this book to you and the Ordinariates to your prayers.

The Right Revd Keith Newton PA

Ordinary of the Personal Ordinariate of Our Lady of Walsingham

Feast of St Leo the Great 2015

Prefácio

Estou grato pelo enorme privilégio de escrever o prefácio desta tese sobre a Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*. A publicação deste documento pelo Papa Bento XVI em 2009 foi um momento único na história da Igreja Católica. Era a primeira vez que a Igreja se tinha voltado para uma comunidade eclesial com origem no período da Reforma, oferecendo-lhe um lugar concreto dentro da Igreja no qual aquela parte do seu património, compatível com a Fé Católica, pode ser preservado e contribuir para uma legítima diversidade dentro da Igreja Universal.

Os muitos escritos teológicos do Papa Bento XVI demonstram não só o seu profundo conhecimento e amor pela tradição católica mas também uma viva e perspicaz imaginação. O seu papado foi notável pelos seus esforços pela unidade entre os cristãos que é o desejo de Nosso Senhor para a sua Igreja. Esta aspiração do Santo Padre está claramente patente na criação de uma nova estrutura dentro da Igreja Católica: os Ordinariatos Pessoais para grupos de fiéis leigos e sacerdotes da tradição anglicana que ansiavam por estarem plenamente em união com o sucessor de S. Pedro.

A visão do Papa Bento foi que aqueles elementos da antiga Fé Católica em Inglaterra, que tinham sido preservados no culto anglicano e na sua prática pastoral, deveriam ser trazidos para a Igreja Católica como um tesouro a ser partilhado. Os “grupos de Anglicanos” que aceitassem o convite do Santo Pai seriam enriquecidos pela totalidade da graça que subsiste na Igreja Católica, mas iriam eles próprios enriquecer a espiritualidade da Igreja com os seus próprios e distintos dons.

Embora os Ordinariatos sejam primariamente uma resposta pastoral para uma situação pastoral, eles são instituídos através dum instrumento particular de Direito Canónico – a constituição apostólica *Anglicanorum Coetibus* e as suas Normas Complementares. O Código de Direito Canónico de 1983 foi descrito como o documento final do Segundo Concílio do Vaticano. Foi o antecessor e mentor do Papa Bento, São João Paulo II, que, na Constituição Apostólica que promulga o Código, o descreve como pondo em prática as perspectivas e ensinamentos do Concílio. Na *Anglicanorum Coetibus* o Papa Bento pôs em prática as esperanças ecuménicas que foram um dos frutos do Concílio que foram longamente frustrados.

Os Ordinariatos são ainda muito jovens e a melhor maneira de continuarem a missão que lhes foi concedida pela Igreja está ainda a ser discernida. Para a visão de Bento XVI é fundamental manterem a sua distinção. Conseguirem isto e, ao mesmo tempo, serem completamente incorporados e colaborarem com toda a Igreja, é um processo delicado que os membros dos Ordinariatos, e os seus irmãos e irmãs nas Dioceses, deverão explorar com o passar do tempo. A plena catolicidade da Igreja não se vê nem numa homogeneidade rígida, nem numa diversidade incontrolada, mas sim na diversidade das tradições católicas, na plenitude da nossa fé única, e no trabalho conjunto para tornar mais próximo o Reino de Deus. Uma análise cuidada da sustentação jurídica desta missão conjunta só poderá ajudar à concretização deste trabalho. As Normas Complementares já foram alteradas no sentido de dar ênfase ao papel dos Ordinariatos na Nova Evangelização. Estudos académicos como este podem também ajudar a esclarecer algumas áreas onde um desenvolvimento adicional poderá vir a ser necessário para os presentes Ordinariatos ou para quaisquer outras iniciativas ecuménicas futuras.

O facto deste estudo ter sido realizado por um sacerdote em Portugal, um país que não será amplamente afectado pelas disposições da *Anglicanorum Coetibus*, fala eloquentemente sobre a natureza universal da Igreja e os laços de fraternidade que nos ligam a todos, transversais a cada jurisdição particular. Gostava de agradecer ao Padre Vergamota pelo seu interesse na nossa parte da Igreja de Cristo e pelo seu trabalho diligente nesta tese. A si eu recomendo este livro e às suas orações os Ordinariatos.

The Right Revd Keith Newton PA

Ordinário do Ordinariato Pessoal de Nossa Senhora de Walsingham

Festa de São Leão Magno 2015

Índice

Prefácio	7
Introdução	17
1. A Constituição Apostólica <i>Anglicanorum Coetibus</i>	21
1.1 <i>A Ratio Motiva</i>	21
1.1.1. Antecedentes dos ordinariatos	22
1.1.2. As novas circunstâncias	23
1.1.3. A resposta pontifícia	25
1.1.4. A promulgação	26
1.1.5. A reação anglicana	28
1.2. A admissão do critério pessoal na organização eclesial	31
1.2.1. A “Missão de França”	32
1.2.2. As paróquias pessoais	36
1.2.2.1. A vaga migratória e as paróquias pessoais	36
1.2.2.2. Outros tipos de paróquias pessoais	38
1.2.2.3. A pertença à paróquia pessoal	39
1.2.3. A Administração Apostólica São João Maria Vianney	40
1.2.4. Os ordinariatos castrenses	43
1.3. As Igrejas <i>sui iuris</i> e os ordinariatos	45
1.3.1. Apontamentos históricos acerca da Igreja anglicana como Igreja <i>sui iuris</i>	47
1.4. As prelaturas pessoais	48
2. Elementos canônicos fundamentais dos ordinariatos	51
2.1. A ereção canônica	51
2.2. O ordinário	52
2.2.1. Os poderes do ordinário	54
2.2.2. O poder judicial	56
2.2.3. Relação com a Santa Sé e a Conferência Episcopal regional	58

2.3. O governo e órgãos colegiais	58
2.3.1. O conselho de governo	58
2.3.2. Conselho económico	60
2.3.3. Conselho pastoral	60
2.4. Os fiéis	61
2.4.1. Destinatários	61
2.4.2. A modificação do Papa Francisco	62
2.4.3. O ingresso nos ordinariatos	63
2.4.4. A dupla pertença dos fiéis à diocese e ao ordinariato	64
2.4.5. A incorporação dos menores	66
2.4.6. Os fiéis não provenientes de comunidades anglicanas	66
2.4.7. Os elementos formais para a entrada no ordinariato	67
2.4.8. O abandono do ordinariato	67
2.5. O clero e a vida religiosa	68
2.5.1. Os clérigos do ordinariato e o celibato	68
2.5.2. Os antigos bispos anglicanos	70
2.5.3. As ordenações absolutas	70
2.5.4. A incardinação dos clérigos e o seu sustento	71
2.5.5. A relação do presbitério do ordinariato com a Igreja local	72
2.5.6. A formação do clero	72
2.5.7. A admissão ao seminário	74
2.5.8. Os institutos de vida consagrada e sociedades de vida apostólica	74
2.5.8.1. O primeiro mosteiro autónomo ereto num ordinariato	76
2.6. As paróquias pessoais	77
2.6.1. Os párocos das paróquias pessoais	78
3. Três ordinariatos e um decanato	81
3.1. Ordinariato Pessoal <i>Our Lady of Walsingham</i>	81
3.2. Ordinariato Pessoal <i>Chair of Saint Peter</i>	83
3.2.1. O Decanato de São João Baptista de Calgary	83
3.3. Ordinariato Pessoal <i>Our Lady of the Southern Cross</i>	84
3.4. Os decretos de ereção dos ordinariatos pessoais	85

4. O património anglicano	89
4.1. A centralidade do <i>património anglicano</i>	89
4.2. O termo <i>património</i>	90
4.3. Os elementos do <i>património</i>	91
4.3.1. Os <i>Prayer Books</i>	91
4.3.2. O Ofício Divino	92
4.3.3. O <i>Divine Worship Occasional Service</i> e o <i>Divine Worship the Missal</i>	94
4.3.4. A questão dos direitos de autor	96
4.3.5. O uso do património edificado anglicano	97
4.4. As reações ao conceito de património anglicano	98
Conclusão	101
Bibliografia	105

Introdução

No fim da Licenciatura em Direito Canónico é pedido aos alunos que realizem uma dissertação sobre um tema à sua escolha, dentro das áreas que mais os cativam no Direito Canónico.

Ao longo deste curso, fomos sendo particularmente sensíveis à íntima relação entre o direito canónico e a eclesiologia, área teológica à qual, no curso de Teologia, dedicámos o trabalho final. As primeiras cadeiras do curso fizeram-nos entender o direito canónico como um instrumento essencial para que a Igreja seja o que deve ser, cumprindo fielmente a sua missão no mundo. São João Paulo II afirmou que o Código de Direito Canónico de 1983, por ele promulgado, era como que o último documento conciliar, pois traduz em linguagem jurídica a eclesiologia do Concílio Vaticano II, o qual quis precisamente refletir sobre a Igreja e orientar os seus caminhos de fidelidade num mundo em acelerada mudança.

O ecumenismo é um dos desafios eclesiológicos mais emergentes do nosso tempo, como afirmou claramente o Concílio Vaticano II. Na verdade, o Concílio, celebrado vinte anos após o fim da II Grande Guerra, trouxe em si o desejo de pôr os homens em caminhos de união, urgindo à necessidade dos cristãos darem um firme testemunho de unidade. Por isto a Igreja empenhou-se expressamente em encetar caminhos novos rumo à comunhão plena desejada por Jesus Cristo.

O desejo de curar as feridas da divisão entre os cristãos não é novo. Ao longo da história sempre houve tentativas dos romanos pontífices, dos bispos e de toda a Igreja, de restabelecer a comunhão plena entre os discípulos de Jesus. Serve como exemplo o Concílio de Florença (séc. XV), com os conceitos de *unio et pax* como solução ecuménica para as relações com as Igrejas orientais separadas. Queria o Concílio de Florença distinguir aquilo que era dogmático e portanto não opinável, daquilo que poderia ser legitimamente entendido de outra forma: nos aspetos dogmáticos imperava a *unio*, nos aspetos disciplinares (não de direito divino) imperava a *pax*.

Foi deste *capítulo* da história que surgiu o tema deste trabalho. Quisemos estudar de que forma a Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, do Papa Bento XVI (2009), ao criar ordinariatos pessoais para grupos de anglicanos que queiram entrar em plena comunhão com a Igreja Católica, é uma resposta

jurídica no caminho ecuménico impulsionado pelo Concílio Vaticano II, reatualizando as categorias do Concílio de Florença de *unio* no que é dogmático e *pax* no que é disciplinar como solução para progredir no caminho da unidade. Quisemos também aprofundar quais as motivações e os fundamentos para que o Romano Pontífice tomasse esta iniciativa ecuménica. Apresentámos então a proposta do tema ao orientador da tese, o Prof. Doutor Cón. João Maria Félix da Costa Seabra, que a aprovou.

Começamos o trabalho pela investigação de obras e artigos sobre o tema a tratar, existentes na Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa. Dado que a Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus* é ainda recente, não há na Biblioteca muitas obras sobre o tema, pelo que a maior parte da investigação incidiu sobre artigos de revistas de Direito Canónico.

O primeiro problema com que nos deparámos na investigação foi a existência de muitos artigos de origem inglesa e norte-americana, que não estão disponíveis na Biblioteca e que eram de difícil acesso, como o jornal da *Canon Law Society of Great Britain and Ireland (CLSGBI)*. Houve outros que encontramos por meio da Internet, como o jornal da *Canon Law Society of America (CLSA)*. Uma das vantagens dos artigos publicados é que a maior parte está, obviamente, em língua inglesa, o que nos facilitou o estudo. Tivemos só de pôr de lado os artigos que encontramos em língua alemã, que desconhecemos. A tradução dos originais é da nossa responsabilidade, a não ser no caso dos documentos dos Concílios, do Magistério, e dos documentos codificadores e legislativos, para os quais usámos a tradução oficial presente nos respetivos sítios da Internet.

Por outro lado, outra das dificuldades é existirem temas sobre os quais não há ainda muita informação, como por exemplo, sobre a *Ratio institutionis sacerdotalis* para a formação sacerdotal e o novo Missal para os ordinariatos, o que nos levou a contactar o Ordinariato Pessoal *Our Lady of Walsingham*, primeiro via rede social *facebook*, e depois por correio eletrónico. Contactámos também por correio eletrónico o Ordinariato Pessoal *Our Lady of the Southern Cross* para pedir uma obra que não conseguíamos adquirir doutra forma, *A little Catechism on the Personal Ordinariates for former Anglicans*, de Peter Elliot, que nos enviaram a título gratuito.

Ao longo do ano, o esquema do trabalho foi-se ajustando até ficar fixado em quatro partes. O primeiro capítulo faz uma introdução à Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus* analisando as razões que motivaram a sua publicação, criando os ordinariatos pessoais para antigos anglicanos. Este capítulo

serve também para contextualizar esta normativa de Bento XVI num leque mais vasto de situações eclesiais em que prevalece o critério pessoal e fazer as devidas comparações.

O segundo capítulo analisa os *elementos canónicos fundamentais* dos ordinariatos, como a sua ereção, o ordinário, o governo e os órgãos colegiais, os fiéis a quem se destinam os ordinariatos e a forma de neles ingressar, o clero e a vida religiosa, onde sobressai o tema do celibato sacerdotal, e as paróquias pessoais.

O terceiro capítulo descreve e compara, de forma sucinta, os três ordinariatos que até agora já foram aprovados pela Santa Sé, um em Inglaterra e Gales, outro nos Estados Unidos da América, outro na Austrália, e o decanato existente no Canadá.

Por fim, o último capítulo reflete acerca dum conceito essencial na abordagem dos ordinariatos pessoais: o “património anglicano”, que entra na Igreja Católica como um tesouro a preservar e partilhar.

O título com que o trabalho acabou por ficar – *A Constituição Apostólica Anglicanorum Coetibus, uma resposta jurídica no caminho ecuménico* – parece-nos incluir em si uma boa síntese dos elementos essenciais desta normativa de Bento XVI que vamos aprofundar no trabalho: o seu carácter responsorial, a sua natureza jurídica, e a sua importância capital para o caminho ecuménico entre a Igreja Católica e a Comunhão Anglicana.

Gostaríamos, ao introduzir este trabalho, de agradecer a quantos nos possibilitaram a sua realização: ao Sr. Prof. Doutor Cón. João Maria Félix da Costa Seabra, que diligentemente nos acompanhou não só na realização da tese mas ao longo de todo o curso; a Mons. Jeffrey Neil Steenson, Ordinário do Ordinariato Pessoal *Our Lady of the Southern Cross*, que nos enviou por correio a obra de Peter Elliot já acima referida; a Mons. Andrew Burnham e à Sr.^a Catherine Utley, do Ordinariato *Our Lady of Walsingham*, que por correio eletrónico nos foram enviando subsídios textuais para o trabalho e esclarecimentos oportunos; à CLSGBI pelo envio dos artigos pedidos, e ao Sr. Ismael Marta, secretário do curso, que foi importante para nos motivar a concluir a tese em tempo oportuno.

Um agradecimento especial é devido a Mons. Keith Newton, Ordinário do Ordinariato de Nossa Senhora de Walsingham, ao Padre Mark Elliot Smith, responsável da Igreja principal deste ordinariato, e à Sr.^a Diana Morphew, também membro do ordinariato, que nos receberam pessoalmente na sede do ordinariato, em Londres, e mostraram grande disponibilidade e amabilidade para esclarecimento de várias questões. A Mons. Newton gostaríamos ainda

de agradecer de forma especial o prefácio que gentilmente e dedicadamente escreveu para a edição desta tese.

Por fim, gostaríamos de agradecer a Sua Excelência o Embaixador de Portugal no Reino Unido, Dr. João de Vallera, que nos proporcionou o contacto com o Ordinariato de Nossa Senhora de Walsingham, e nos acolheu com muita amabilidade na Embaixada, prestando com os seus conhecimentos um precioso contributo para este trabalho. Neste agradecimento gostaria de incluir também a Dr.^a Maria Antónia Vallera de Vasconcelos que fez o primeiro contacto com a Embaixada e em tudo foi dedicadíssima colaboradora.

Esperamos que o leitor, ao contactar com os Ordinariatos pessoais surgidos da Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus* através deste pequeno contributo, aprofunde o seu amor à Igreja e o desejo de nela ser construtor de comunhão e unidade, como é desejo do próprio Senhor Jesus.